



COMPANHIA DE GESTÃO DE RECURSOS HIDRICOS – COGERH

Fortaleza - CE

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2008**

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH é uma Sociedade de Economia Mista de capital autorizado, criada pela Lei Estadual nº 12.217, de 18 de novembro de 1993, com a missão de gerenciar os recursos hídricos constantes nos corpos d'água superficiais e subterrâneos, de domínio do Estado do Ceará e da União, por delegação, de forma integrada, participativa e descentralizada, promovendo o seu uso racional, social e sustentado. O Governo do Estado do Ceará detém o controle acionário da sociedade com participação de 99,99 % do capital votante.

A COGERH é vinculada à Secretaria de Recursos Hídricos - SRH, sendo responsável pela operação, manutenção e monitoramento do que representa 90% da capacidade total de acumulação de água do Estado. São ao todo 130 reservatórios, dos quais 60 são gerenciados em parceria com o DNOCS e 70 são administrados diretamente pela COGERH, que ainda opera e mantém 15 estações de bombeamento, 210 km de canais e 300 km de adutoras e redes de distribuição. É responsável ainda, pelo gerenciamento do sistema de abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza, dos distritos industriais de Maracanaú, Pacajus, Pecém e do sistema de captação e adução para as áreas de Salitre, Campos Sales e Araripe.

Além dessa infra-estrutura hídrica, desde o exercício de 2005 a COGERH está com a responsabilidade de operar e manter o primeiro trecho do Canal da Integração que possui 54,7 km de extensão e interliga os açudes Castanhão e Curral Velho, nos município de Jaguaribe e Morada Nova respectivamente.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com os dispositivos constantes na Lei 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei 10.303/01, pela Lei 11.638/07 e Medida Provisória n.º 449/2008, foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios contábeis adotados pela Companhia estão demonstrados a seguir:

a) Aplicações Financeiras

São registradas ao custo, acrescidas mensalmente pelos rendimentos auferidos. Calculados de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras. Atualmente as Aplicações Financeiras da Companhia garantem um retorno mínimo de 98% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

b) Clientes

Estão incluídos os serviços medidos e faturados ainda não recebidos, e as receitas decorrentes de instalação de hidrômetro, contabilizadas pelo regime de competência. Na nota explicativa n.º 5, detalhamos esta rubrica por categoria de cliente. Tendo em vista ter sido verificado o alto grau de possibilidade de que não houvesse a adimplência por parte de alguns clientes, e por sugestão dos auditores independentes, a Diretoria Administrativa Financeira da COGERH realizou um levantamento quanto aos créditos de liquidação duvidosa registrando um valor montante de R\$ 947.729.

c) Estoques

Correspondem a bens em almoxarifado como, materiais de consumo e limpeza, de expediente, materiais para utilização em manutenção de estruturas hídricas, materiais elétrico, hidráulico e de construção, peças e equipamentos de informática e estão avaliados pelo custo médio de aquisição.

d) Investimentos

São registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

e) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, mencionadas na nota explicativa n.º 7.

f) Diferido

É registrado ao custo de aquisição e refere-se às despesas que estão influenciando na formação do resultado de mais de um exercício social e que, portanto, não foram reconhecidas integralmente no exercício em que foram realizadas. A amortização vem sendo realizada pelo método linear à taxa de 20 %.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, utilizando-se como base os índices definidos legalmente ou em contrato.

h) Provisões para Contingências

Provisões para contingências relacionadas a processos cíveis, trabalhistas e tributários, nas instâncias administrativa e judicial, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores jurídicos e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas dos balanços patrimoniais.

i) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são apresentados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

São apurados com base no lucro real anual, com recolhimentos mensais mediante estimativa ou levantamento de balancetes de redução ou suspensão, às alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação do Imposto de Renda; para a Contribuição Social alíquota de 9%. A Companhia utilizou-se ainda de incentivos fiscais como o do Programa de Alimentação do Trabalhador e o salário maternidade concedido

IRPJ Mensal recolhidoR\$ 433.765

IRRF no período.....R\$	94.780
IR Ajuste anual a Recolher.....R\$	94.367
IRPJ Anual apurado.....R\$	622.912

k) Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência.

NOTA 04 - DISPONIBILIDADES

Os saldos de disponibilidades em moeda nacional estão relacionados a seguir:

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	2008	2007
		R\$	R\$
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata		19.412.438	12.207.769
Banco Bradesco	CDB Bradesco/ Investimentos	-	-
Banco do Brasil	BB RF LP CORP 1MILHAO/ CDB DI SWAP/ CDB DI	19.412.438	12.270.769
Caixa e Bancos		2.578.142	2.168.453
Banco Bradesco		-	8.797
Banco do Brasil		2.576.274	2.159.653
Fundo Rotativo		1.868	3
Numerários em Trânsito		-	-
TOTAL		21.990.580	14.439.222

NOTA 05 - CONTAS A RECEBER

A Companhia tem procurado realizar negociações com os devedores ao analisar os débitos dos seus usuários, propõe aos devedores uma negociação da dívida com o pagamento parcelado da mesma, mediante um termo de acordo. Tal transação é registrada na Contabilidade na rubrica Parcelamentos, sendo baixada do Contas a Receber, conforme processo devidamente formalizado.

CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS	2008	2007
	R\$	R\$
Abastecimento Público	5.856.898	4.637.051
Indústrias	719.482	666.073

Piscicultura	34.465	28.156
Carcinicultura	696.040	682.538
Irrigação	794.226	721.207
Água Mineral	30.637	22.119
Outras Categorias	4.679	6.236
Subtotal	8.136.427	6.763.380
PARCELAMENTO DE CONTAS		
	2008	2007
	R\$	R\$
Abastecimento Público	143.564	7.622
Indústrias	110.751	84.012
Piscicultura	-	6.974
Carcinicultura	55.418	72.245
Irrigação	83.668	81.737
Subtotal	393.401	252.590
Total	8.529.828	7.015.970
Provisão p/créditos de Liquidação duvidosa	947.729	-
Valor Líquido de Clientes	7.582.099	7.015.970

NOTA 06 - ESTOQUES

ESTOQUES	2008	2007
	R\$	R\$
Material de Consumo e Limpeza	6.497	40.050
Material de Expediente	22.872	61.270
Pecas e Equipamentos de Informática	21.277	33.982
Material de Construção	351	9.970
Gasolina	45.320	4.982
Manutenção de Veículos	2.129	5.219
Óleo Diesel-Biodiesel	18.432	14.929
Óleo para Barco	1.402	2.326
Material Elétrico	16.884	15.744
Segurança e Medicina do Trabalho	3.513	656
Ferramenta e Utensílios	987	3.928
Material Mecânico	56.848	19.586
Combustível-Ticket	-	4.730
Material Hidráulico	96.767	2.527
Total	293.279	219.899

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia possui valores de natureza tributária passíveis de recuperação tanto por meio de compensação, como por ressarcimento ou simples dedução. São créditos decorrentes de saldo negativo formado em períodos diversos,

créditos de PIS e de Cofins conforme Lei n.º 10.833/2003, e de valores pagos a maior ou indevidamente. Abaixo segue a discriminação:

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	2008	2007
	R\$	R\$
Tributos A Recuperar	185.967	18.930
PIS a Recuperar	29.514	6.602
COFINS a Recuperar	147.776	12.328
CSLL a recuperar	11	
IRRF	-	-
IR Mensal	8.666	-
CSLL Mensal	-	-
Tributos A Restituir	163.900	163.900
Processos PGFN	163.900	163.900
Tributos A Compensar	218.895	410.716
PIS A Compensar	433	20.703
COFINS A Compensar	-	28.740
IR Mensal Pago Indevidamente	561	20.200
Saldo Negativo IR 2002	-	58.684
Saldo Negativo IR 2005	-	28.276
Saldo Negativo IR 2006	46.315	46.315
Saldo Negativo IR 2001	80	42.048
Saldo Negativo CSLL 2003	-	31.935
Saldo Negativo CSLL 2005	-	13.344
Saldo Negativo CSLL 2006	-	38.512
Saldo Negativo CSLL 2008	88.914	0
Contribuições	47.263	47.263
Tributos PROGERIRH	26.272	26.272
ISS	743	237
INSS Retido de Pessoa Física	2.610	2.610
INSS Retido de Pessoa Jurídica	5.578	5.577
IRRF Recolhido a Maior	126	0
Tributos Recuperáveis	568.762	593.546

A companhia mantém um acompanhamento em relação aos créditos fiscais de maneira a se utilizar, sempre que poder, dos mesmos para quitação de outros passivos tributários.

NOTA 08 - DEPÓSITOS EM GARANTIA

Sendo a COGERH uma sociedade de economia mista, submete-se à Lei 8.666/93, podendo assim, ao contratar com determinada empresa, exigir um valor a título de garantia que venha a resguardar o ente da administração pública. Os valores constantes na conta contábil denominada "Depósitos em

Garantia”, registram esses referidos valores dado como garantia por ocasião do firmamento do contrato, os quais serão devolvidos após o término do mesmo. Tais depósitos são contabilizados no ativo em contrapartida no passivo, visto o recurso não pertencer a Companhia.

A composição do saldo desta rubrica é a seguinte:

GARANTIAS	2008	2007
	R\$	R\$
Coesa Contabilidade e Assessoria S/A	3.263	3.027
Netlan	3.588	3.325
Lar Antônio de Pádua	578.527	1.112.099
Score Segurança de Valores e Vigilância		-
SBR	-	1.530
Ticket Serviços	-	26.063
TOTVS	53.042	47.314
Total	638.420	1.193.358

NOTA 09 - COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

No final do ano de 2004 foi identificado um desvio de verbas realizado pelo Diretor Financeiro da época, o que motivou a criação duma comissão de sindicância para apurar o montante desviado. Após a apuração do valor de R\$ 400.308 o mesmo foi registrado numa conta contábil sob título de "Comissão de Sindicância". À referida ocorrência foi dada a devida publicidade, depois de realizadas as apurações pertinentes. Atualmente existem ações judiciais cíveis e penais, contra o ex-diretor com vistas à obtenção do ressarcimento do valor desviado.

NOTA 10 - CONVÊNIOS

Referem-se a repasses financeiros decorrentes de convênios firmados entre o BIRD, BNDES e o Governo do Estado do Ceará e Governo Federal, destinados a COGERH e por ela administrados. Em 2008 a Cogeh recebeu recursos de Convênios firmados no final do ano de 2007 com o Ministério da Integração, com a Agência Nacional de Águas e com a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará.

CONVÊNIO	VALOR	CONTRA-	VALOR	SALDO
-----------------	--------------	----------------	--------------	--------------

	RECEBIDO R\$	PARTIDA DA COGERH	UTILIZADO ATÉ 31/12/2008	
014/2007 ANA Implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos - PROAGUA NACIONAL.	1.209.657	195.714	512.818	892.553
022/2007 Ministério da Integração Recuperação de Barragens no Estado do Ceará	400.053	49.108	289.282	159.879
10/2008 SRH-CE Execução de Obras de melhoria do canal do Ererê.	398.528	-	398.446	82
12/2008 SRH-CE Execução de obras para ampliação do sistema açude Gavião/adutora Acarape.	1.540.028	-	310.670	1.229.358
13/2008 SRH-CE Execução de projeto para integração do açude Pacajus ao trecho IV do eixo Castanhão - RMF.	302.173	-	96.810	205.363
05/2002 PROGERIRH SRH-CE Atividades de Implementação e fortalecimento dos comitês de bacia hidrográfica e apoio à organização de usuários de água bruta da COGERH.	235.943	-	23.414	212.529

TOTAL	4.086.382	244.822	1.631.440	2.699.764
--------------	------------------	----------------	------------------	------------------

NOTA 11 - IMOBILIZADO

ATIVO IMOBILIZADO	Taxa de Depreciação	2008	2007
		RS	RS
1 - Obras e Estruturas Básicas		60.961.479	59.903.760
1.1 - Obras Civas		317.371	317.371
1.1.1 Comporta Móvel do Rio Curu	4%	124.043	124.043
1.1.2 Passagens molhadas	4%	193.328	193.328
1.2 - Captação de Água na Superfície		12.719.793	12.719.793
1.2.1 Açude Público Castro	4%	3.031.264	3.031.264
1.2.2 Açude Público Jerimum	4%	2.086.623	2.086.623
1.2.3 Açude Angicos	4%	3.087.570	3.087.570
1.2.4 Açude Público Ubandino	4%	4.514.336	4.514.336
1.3 - Captação de Águas Subterrâneas		381.732	381.732
1.3.1 – Poços Reservatórios	4%	341.900	341.900
1.3.2 – Const. de Poços em Rocha Cristalina	4%	39.832	39.832
1.4- Distribuição de Águas na Superfície		37.122.712	36.422.540
1.4.1 Interligação-Pacoti/Riachão	4%	2.546.015	2.546.015
1.4.2 Adutoras	4%	28.298.983	27.598.811
1.4.3 Recuperação do Canal do Trabalhador	10%	6.277.714	6.277.714
2 – Edificações		3.251.250	3.251.250
2.1 Prédio da Administração	4%	3.137.333	3.137.333
2.2 Outras Construções	4%	113.917	113.917
3 - Outros Imobilizados		6.846.021	5.833.659
3.1 - Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10%	2.732.586	2.402.119
3.2 - Móveis, Utensílios e Instalações	10%	678.264	659.649
3.3 - Biblioteca	10%	-	16.681
3.4 - Instalações	10%	31.224	23.224
3.5 - Instrumentos, Ferramentas e Apetrechos	10%	93.625	86.246
3.6 Intangível	10%	321.971	3.400
3.7 - Semoventes	20%	3.133	3.133
3.8 - Veículos	20%	2.220.014	2.031.314
3.9 - Equipamentos de Informática	20%	765.204	607.894
4 – Imobilização em andamento		322.600	977.414

	10		
5 - Depreciação Acumulada (-)		(23.540.008)	(19.772.984)
5.1 – Depreciação e Amortização		(23.540.008)	(19.772.894)
TOTAL		37.421.471	40.130.776

NOTA 12 - DIFERIDO

ATIVO DIFERIDO	Taxa	2008	2007
	%	R\$	R\$
Modernização e Recuperação de Açudes		849.681	849.680
Obras de Recuperação de Estrutura Hídrica		4.958.522	1.414.838
Consultorias PROGERIRH		1.654.467	50.768
Consultorias PROAGUA		443.154	
Consultorias ANA		368.379	
(-) Amortização Acumulada	20	(4.565.101)	(849.680)
Total		3.709.102	1.465.606

A partir da Medida Provisória n.º 449 de 2008, passou a ser proibida a contabilização no grupo chamado "Diferido". Em 2008, os valores que se encontravam registrados no antigo grupo chamado "Ativo Realizável a Longo Prazo" e na conta analítica de "Convênios" foram transferidos para o Grupo do Diferido por tratarem-se de valores recebidos por meio de Convênios e utilizados para ampliação e melhoramentos em estruturas hídricas de forma que contribuirão para o resultado de exercícios vindouros. O valor das amortizações dos períodos anteriores foi lançado contra a conta de prejuízos acumulados.

NOTA 13 - INTANGÍVEL

Uma das mudanças introduzidas pela Lei 11.638/2007 foi a criação de um novo grupo contábil dentro do Ativo Permanente, a saber, o grupo do Intangível. Este, na verdade, já existia como subgrupo do Ativo Imobilizado, porém, com as mudanças introduzidas, foi promovido a grupo de contas. Na COGERH, atualmente os registro neste grupo referem-se a direito de uso de licença de *software*.

NOTA 14 - PARCELAMENTO INSS

A COGERH sofreu uma fiscalização do INSS em 2003, da qual se verificou um débito não recolhido no valor de R\$ 700.184 (setecentos mil cento e oitenta e quatro reais), que foi parcelado em 60 meses, conforme o termo n.º 36062.001207/2004-56, em 7 de maio de 2004.

No início de 2007, o saldo constante no longo prazo de R\$ 185.171 (cento e oitenta e cinco mil cento e setenta e um reais), foi transferido para o curto prazo, totalizando em 31 de dezembro de 2007 um montante de R\$ 186.716 (cento e oitenta e seis mil e setecentos e dezesseis reais), sendo o mesmo, totalmente liquidado em abril de 2008.

NOTA 15 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A COGERH responde a algumas causas judiciais surgidas no curso normal dos negócios, incluindo causas cíveis e trabalhistas. Baseado na posição de seus consultores legais foi registrado um montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

A assessoria jurídica da Companhia realizou um trabalho de levantamento e atualização dos valores contingentes nos processos, bem como a correta classificação desses processos de acordo com o risco de perda dos mesmos.

CONTINGÊNCIAS	2008	2007
	R\$	R\$
Causas Cíveis	140.000	140.000
Causas Trabalhistas	195.558	208.000
Total	335.558	348.000

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2007 está representado por 66.891.110 ações ordinárias com valor nominal individual de R\$ 1,00 (um real), perfazendo um valor total de R\$ 66.891.110 (sessenta e seis milhões oitocentos e noventa e um mil, cento e dez reais), composto da seguinte forma:

ACIONISTAS	%	VR.UNIT.	QUANTIDADE AÇÕES	VALOR
		R\$		R\$
Estado do Ceará	99,99	1	66.891.011	66.891.011
Banco do Estado do Ceará- BEC	0,001	1	11	11
Cia. Água e Esgoto do Ceará- CAGECE	0,001	1	11	11
José Moreira de Andrade	0,001	1	11	11
Pedro José Freire Castelo	0,001	1	11	11
Francisco José Coelho Teixeira	0,001	1	11	11
César Pinheiro	0,001	1	11	11
Joaquim Cartaxo	0,001	1	11	11
René Barreira	0,001	1	11	11
Camilo Santana	0,001	1	11	11
Total	100		66.891.110	66.891.110

b) Reservas

Constituída de recursos referentes a repasses do Governo do Estado para Investimentos, sendo R\$ 11.874.540 (Onze milhões, oitocentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta reais), de subvenções do Governo do Estado do Ceará, através de convênio COGERH/PROGERIRH e R\$ 719.582 (setecentos e dezenove mil, quinhentos e oitenta e dois reais), provenientes de convênio COGERH/PROÁGUA. Com o advento da lei 11.638/2007, a conta de reserva de capital foi extinta, portanto, os valores recebidos a título de subvenções governamentais não mais podem ser lançados nesta conta e sim transitarem pelo resultado.

c) Ajustes de Exercícios Anteriores

No ano de 2008 foram contabilizados como ajustes de exercícios anteriores os seguintes fatos:

1. Lançamentos a débito referentes ajustes na conta de Provisão para 13.º no valor de R\$ 464,70 (Quatrocentos e Sessenta e quatro reais e setenta centavos);

2. Lançamentos a débito referentes Despesa com Assistência Médica referente a outro exercício no valor de R\$ 7.091,32 (Sete mil e noventa e um reais e trinta e dois centavos);
3. Lançamentos a débito referentes Despesas com análise de água referente a outro exercício R\$ 11.340,26 (Onze mil trezentos e quarenta reais e vinte e seis centavos);
4. Lançamentos a crédito referentes depósitos recebidos e não identificados lançados como ajustes, no valor de R\$ 32,48 (Trinta e dois reais e quarenta e oito centavos);
5. Lançamentos a crédito referentes depósitos recebidos e não identificados lançados como ajustes, no valor de R\$ 15.325,47 (Quinze mil trezentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos);
6. Lançamentos a crédito referente despesas contabilizadas a menor ou não contabilizadas, no valor de R\$ 5.959,92 (Cinco mil novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos).

Denílson Marcelino Fidelis
Contador
CRC-CE 015436/O-6

Francisco José Coelho Teixeira
Diretor-Presidente